

# HISTÓRIA, SENSIBILIDADES E LUGARES DE PODER NA CORTE FRANCESA DOS SÉCULOS XVII-XVIII

HISTORY, VULNERABILITIES AND PLACES OF POWER IN THE FRENCH COURT  
BETWEEN THE 17TH AND

**Patrícia M. S. Merlo**

Doutora em História Social pela UFRJ

Email: [patricia.merlo@gmail.com](mailto:patricia.merlo@gmail.com)

**Fernando Santa Clara Viana Junior**

Mestrando em História pela UFES

Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras | Vitória - ES - CEP 29075-910 - Centro de  
Ciências Humanas e Naturais (CCHN) - Dpto. História

Email: [fernandosantaclara@gmail.com](mailto:fernandosantaclara@gmail.com)

## RESUMO

Buscamos refletir sobre a influência da História das Sensibilidades nas produções historiográficas contemporâneas, elegendo como foco a corte francesa, no período que compreende os séculos XVII e XVIII. Destaca-se, nesse contexto, a emergência de um refinamento nas relações sociais e nos padrões de comportamento cortesão, que podem ser entendidos enquanto estratégia de manutenção de seu *status quo*, dentro das novas configurações sociais que caracterizam o Estado Moderno. Como pressuposto teórico, utilizamos o conjunto de obras de Norbert Elias, priorizando a *Sociedade de Corte*, na busca de elementos que favoreçam uma compreensão das interdependências entre sociedade, poder e controle social característicos do período.

**Palavras-chave:** História das sensibilidades, sociedade de Corte, história moderna.

## ABSTRACT

We reflect on the influence of the history of sensibilities in contemporary historiographical productions, electing as its focus the French court, the period comprising the seventeenth and eighteenth centuries. It is noteworthy, in this context, the emergence of a refinement in social relationships and patterns of courtly behavior, which can be understood as the maintenance of the status quo within the new social settings that characterize the modern state strategy. As a theoretical assumption, we use the set of works of Norbert Elias, prioritizing Court Society, seeking elements that promote an understanding of the interdependencies between society, power and social control characteristic of the period.

**Keywords:** History of the sensitivities, French nobility, modern history.

Dentro da profusão de campos intradisciplinares que tem revelado um sensível enriquecimento dos estudos históricos, no que se refere ao interesse por novos objetos e por novas abordagens, a historiografia da segunda metade do século XX testemunhou a emergência de campos do saber que passaram a valorizar o universo mental dos seres humanos em sociedade, os seus modos de sentir e agir, suas regras de convivência e o imaginário por eles elaborados coletivamente.<sup>1</sup>

No contexto desses novos objetos e abordagens, buscamos discutir, neste artigo, como a mudança de sensibilidades pode ser percebida, dentro do processo de formação do Estado Moderno, enquanto indicativa do processo de alteração dos comportamentos dos indivíduos, conforme apresentado no conjunto de obras de Norbert Elias, em especial *A Sociedade de Corte* (2001). Com tal finalidade, retomamos, *grosso modo*, o contexto de emergência da nobreza cortesã, ainda no Renascimento, para observar como, especialmente, entre o século XVII e XVIII um novo modelo de comportamento se impõe no campo das relações políticas. Voltamos nossa atenção, em especial, à corte francesa, sob o reinado de Luís XIV, que se converteu em modelo para a Europa moderna nesse período.

Conforme Norbert Elias, as cortes se constituíram no local de origem de toda a experiência e toda a compreensão do homem e do mundo no Antigo Regime. Por isso, elas foram se transformando em modelos concretos e centros formadores e disseminadores do estilo. Tanto que a importância das cortes como autoridade social, como fonte e origem de modelos de comportamento, foi muito além de todas as demais formações sociais existentes até então.<sup>2</sup>

Nesse contexto, a importância das cortes está relacionada ao lento processo de formação do Estado Moderno, que produz a concentração de poder em torno de um rei. A constituição desses Estados não ocorre sem conflitos entre os senhores feudais, que resistiam

---

<sup>1</sup> É importante considerar que apesar da emergência de novos campos de pesquisa, até a segunda metade do século XX, as abordagens políticas e econômicas foram majoritariamente o carro-chefe da escrita da história. Só a partir da década de 1970 surge o movimento denominado, de “nova história cultural”. Tratava-se de uma atenção especialmente dedicada, por parte dos historiadores, ao retorno de conceitos que se refeririam a grupos sociais de determinadas épocas, compondo o que seria posteriormente conhecido como a história das sensibilidades. Peter Burke, ao tratar desse contexto, afirma que a redescoberta das sensibilidades tira seu título de “Cinderela entre as disciplinas, menosprezada por suas irmãs mais bem-sucedidas”. Cf. BURKE, Peter. *O Que é História Cultural?* 2.ed. rev. e ampl. – Rio de Janeiro: Zahar, 2008. Sobre a História das Sensibilidades ver ERTZOGUE, Marina Haizenreder. & PARENTE, Temis Gomes. (Orgs.). *História e sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006.

<sup>2</sup> Cf. ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

à fragmentação de seus privilégios políticos e econômicos, e entre reis e grandes senhores de terra, que lutavam por hegemonia e pelo trono. É nesse ambiente de lutas pelo poder que nascem as novas sensibilidades cortesãs, das quais a etiqueta e as boas maneiras compõem um ritual direcionado para a ambição dos que pretendiam ser reis ou estarem próximos do rei.

### As sensibilidades e a nobreza cortesã da Europa Moderna

Cabe considerar que a história das sensibilidades “toma como ponto de partida a maneira como as pessoas se representam, em distintos momentos históricos, cabendo-lhe interpretar a coerência, as conexões dessas representações em seu universo”;<sup>3</sup> dedica-se, pois, às diferenças, aos debates e conflitos, mas também aos interesses e tradições compartilhadas.<sup>4</sup>

Partindo de tais pressupostos, buscamos subsídios que nos auxiliassem na compreensão das relações estabelecidas no seio da sociedade de corte francesa que tomamos como objeto de nossa reflexão. Valemo-nos, dessa forma, de materiais diversos, dentre os quais manuais de comportamento, fragmentos de poesias e obras de arte. Isso, na tentativa de entender quais eram os significados atribuídos a determinados comportamentos, gestos ou objetos presentes no cotidiano desse grupo. Cabe, contudo, observar a fragilidade das fontes, que se apresentam muito mais como *possibilidades* para inferências no campo das sensibilidades e não, necessariamente, *rituais obrigatórios*.

O recorte temporal aqui proposto se estende do século XVII ao XVIII e é conhecido, pela sua vertente estética e estilo artístico, como *barroco*.<sup>5</sup> Entre as principais características do período, destaca-se um significativo movimento de ocupação camponesa de territórios urbanos vazios, em função do déficit demográfico do século XVII provocado pelas epidemias de pestes. O caso é que nesse contexto, o terceiro estado ainda estava se consolidando, entretanto, a grande burguesia já havia assumido importantes espaços burocráticos, ao lado da monarquia, buscando por meio da compra de títulos e casamentos alcançar enobrecimento.<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> ERTZOGUE, op. cit., p. 17.

<sup>4</sup> BURKE, op. cit., p. 7.

<sup>5</sup> BARBOZA FILHO, Rubem. Barroco: Nossa Origem e Singularidade. *Acervo* (Rio de Janeiro), v. 19, p. 07-22, 2006.

<sup>6</sup> LOPES, Marcos Antônio. *O Imaginário da Realeza: cultura política do tempo do absolutismo*. Londrina: Eduel, 2012, p. 41.

Nesse cenário marcado por de uma configuração urbana crescente, se sobressai a ostentação por parte da nobreza, principalmente a de espada, de raízes medievais, onde “a magnificência das roupas, a opulência dos banquetes, a sofisticação do mobiliário, a riqueza das habitações e dos palácios, o número de servidores domésticos são traços dos espetáculos das elites do barroco”,<sup>7</sup> e o medo de tornar-se *dérogance*<sup>8</sup> compunha seu cotidiano. Nessa sociedade o que predominava era o consumo por prestígio e status, com a finalidade de manter sua posição social:

[...] Alguém que não pode mostrar-se de acordo com o seu nível perde o respeito da sociedade. Permanece atrás de seus concorrentes numa disputa incessante por status e prestígio, correndo o risco de ficar arruinado e ter de abandonar a esfera de convivência do grupo de pessoas de seu nível e status [...].<sup>9</sup>

Sendo assim, os nobres disputavam favores simbólicos e outros mais, pois a simpatia do rei poderia ajudar na conquista de privilégios pessoais, dado que a nobreza era legalmente proibida de aumentar sua renda ou enriquecer por meio de qualquer empreendimento comercial. Não obstante, vale lembrar que nessa sociedade a posse de um título de nobreza valia mais do que a posse de uma riqueza acumulada. Inclusive, a riqueza mais respeitada era aquela que não havia sido conquistada pelo esforço ou pelo trabalho, e sim a riqueza herdada.<sup>10</sup>

Ademais, devemos considerar que a disputa por prestígio que caracterizou o período, não dizia respeito a uma concorrência por um lugar qualquer, se tratava de um prestígio hierarquizado, ou seja, por chances de poder hierarquizado. Afinal, o prestígio, em maior ou menor grau desfrutado por um indivíduo, determinava a influência que exerceria ou receberia do outro. Posto isso, os concorrentes demonstravam que tinham tais chances tornando visível a relação distanciada, no que tange aos que ocupavam uma posição inferior, o que unia e distinguia simultaneamente tais indivíduos entre si.

---

<sup>7</sup> Ibid., p. 22.

<sup>8</sup> Esse termo designa a perda de *status* da nobreza. Ocorria principalmente pela escassez econômica de uma família. Muitas vezes, para não serem rebaixadas a essa classificação, membros da nobreza eram pegos cometendo o que chamavam de atividades ilícitas, que nada tinham de contrárias a legalidade, mas que ofendiam a lógica nobre uma vez que envolviam atividades de indústria e comércio, o que era bastante para colocá-los sob tal classificação vexatória. Cf. ELIAS, N.. *O Processo Civilizador*, vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, p. 183.

<sup>9</sup> ELIAS, op. cit., p. 86.

<sup>10</sup> ELIAS, op. cit., p. 53.

Tais disputas por prestígio entre a nobreza estavam pautadas nas boas maneiras e não no conflito aberto ou no exibicionismo dos pretendentes. Na verdade, era recomendado ao homem da corte que tivesse conhecimento acerca das artes e que mantivesse reserva de tais conhecimentos, evitando despertar inveja, humilhar ou ofender o igual, o inferior ou o superior. Também não era considerado de bom tom ficar falando de si mesmo, o ideal era agir com prudência e moderação. Desse modo, o novo código de comportamento se torna mais rigoroso levando o senso do que se deve e do que não se deve fazer para não ofender ou constranger as outras pessoas, assim, tornando-se mais sutil e estrito em comparação com a fase anterior.<sup>11</sup>

Destarte, esse princípio de não deixar o outro em má situação vem da tendência de que o homem cortês deve ser discreto e não deve exaltar suas qualidades quando elas pudessem humilhar alguém. E ser tolerante com as ofensas dos demais, se constitui na principal característica da civilidade e da cortesia: “Um companheiro não lhe deve ser menos querido porque tem piores maneiras. Há pessoas que compensam a rusticidade de seu comportamento com outros talentos”.<sup>12</sup> Dessa forma, a arte da “diplomacia” surge das relações cultivadas no cotidiano da sociedade de corte.

### **Individualidade, sensibilidade e diferenciação**

O novo padrão de comportamento civilizado, característico do período em análise, não pode ser compreendido sem mencionar a emergência de uma nova relação do homem europeu consigo mesmo e com o mundo que o cercava. Dentre uma série de mudanças ligadas à percepção do espaço ao seu redor, o homem olha para si, a partir de então, enquanto *indivíduo*: unidade/ser que é composto por particularidades, que vive suas particularidades, que busca seu espaço particular, que divide sua forma de ser entre o público e o privado.<sup>13</sup> Posto que para Ariés, seis categorias nos permitiriam avaliar se e em que medida houve mudanças na forma de determinado grupo social lidar com o ambiente que o cerca, a saber que:

---

<sup>11</sup> RIBEIRO, Renato Janine. *A etiqueta no Antigo Regime: do sangue a doce vida*. São Paulo: Editora brasiliense, 1983, p.95-97 *passim*.

<sup>12</sup> ELIAS, 2001, op. cit., p. 92.

<sup>13</sup> CHARTIER, Roger. Formas de Privatização. In: ARIÉS, Phillipe (Dir.); CHARTIER, Roger (Org.). *História da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, tomo 3, p. 163.

A civilidade, que suscita atitudes novas com relação ao corpo; o autoconhecimento procurado na escritura íntima; a solidão, praticada não mais apenas como ascese, porém ainda como prazer; a amizade, cultivada em particular; o gosto, valorizado como uma forma de auto apresentação; e a comodidade, resultado da reorganização do cotidiano.<sup>14</sup>

Tais categorias, como é possível perceber, relacionam-se diretamente à mudança no modo de vida individual, que emerge numa sociedade onde se reconhece enquanto *diferente*. Reforça-se, dessa maneira, a cultura da diferença como elemento principal de distinção do sujeito em relação ao outro. Esse indivíduo se identifica com símbolos, novas formas de vida que o represente, classificando por meio disso as relações que estabelece consigo, com os outros e com o mundo que o cerca.<sup>15</sup>

A ascensão dessa nova noção acerca do indivíduo corresponde, historicamente, a um processo de codificação e de mudanças nas representações sociais dos hábitos e gestos, resultando em uma renovação na *linguagem dos corpos*. Essa nova linguagem se torna primordial para o reconhecimento de qual grupo se pertencia. Isso são, conseqüentemente, atitudes que devem projetar o indivíduo para fora de si e expô-lo às sensações dos coletivos aos quais se filia.<sup>16</sup>

Portanto, se retomarmos o modelo de sociedade de corte, podemos perceber que esse sistema social baseia-se em mecanismos de diferenciação que funcionam para integrar e organizar a sociedade, instalando a diferença entre mim e o outro. Nesse contexto, um desses mecanismos de diferenciação apontados por Elias eram o luxo e o consumo que respeitavam a lógica e os diferenciava entre os grupos. Inclusive, essa lógica do prestígio torna-se o elemento central na determinação da identidade do sujeito dentro desse grupo social.

### A Corte francesa

Segundo Elias, no alvorecer da modernidade, a Europa vivenciou um processo de disputas políticas entre a igreja, a nobreza e os príncipes por suas respectivas parcelas de

---

<sup>14</sup> Ibid., p. 164.

<sup>15</sup> SILVA, Tomaz Tadeu (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

<sup>16</sup> REVEL, Jacques. “Os Usos da Civilidade”. In: ARIÉS; CHARTIER, op. cit., p. 168-169.

controle da sociedade, estes últimos terminam por acumular uma parcela de poder que não se compara aos demais.<sup>17</sup> Esse processo seguiu ritmos próprios nos diferentes territórios. Porém, de maneira geral, com o avanço da circulação de bens, de moeda, assim como a instituição de pagamentos de impostos regulares, acabaram por fortalecer ainda mais o poder real. *Pari Passu*, a criação de exércitos profissionais resultou numa perda significativa de espaço por parte da antiga nobreza guerreira. A burguesia, principal aliada do rei no fortalecimento de seu poder de mando, passou a ocupar a burocracia e com isso alguns grupos acendem socialmente. Nesse cenário, só resta à nobreza buscar uma associação com o rei, na tentativa de recuperar sua reputação e prestígio. O espaço reservado a tal reconhecimento era a Corte.<sup>18</sup>

Diminuídas as disputas territoriais internas, em face ao fortalecimento do poder real, a corte se converte no novo espaço de enfrentamento sob os olhos do regente.<sup>19</sup> Segundo Elias, as investidas deslocaram-se do plano físico e atingiram o plano psicológico. As ações passam a se expressar por meio do autocontrole, das pressões políticas, das coações.<sup>20</sup>

A corte francesa começou a construir um padrão de etiqueta pautado nos processos de autocontrole e refinamento ainda sob o reinado de Carlos IX (1560-1574), sob influência das cortes italianas, especialmente por meio da florentina Catarina de Médici (1519-1589), sua mãe. Ainda em 1563, a rainha-mãe já defendia a criação do cerimonial de corte com normas mais rígidas que, segundo ela, objetivava “contentar a nobreza, por meio de sua participação no espetáculo diário do poder”.<sup>21</sup> Nos séculos seguintes, a corte francesa que se tornaria referência sobre o tema e fonte de inspiração para as demais cortes europeias:

Ao adotarem a etiqueta francesa e o cerimonial parisiense, os vários governantes obtiveram os instrumentos para tornarem manifesta a sua dignidade, bem como visível a hierarquia social, e fazerem todas as demais pessoas, em primeiro lugar e acima de tudo a nobreza de corte, conscientes de sua posição dependente e subordinada.<sup>22</sup>

Como é possível perceber, os centros de produção de *inclinações sociais*, de onde emanaram os ditames a serem reproduzidos por todos os grupos sociais estavam, nesse

---

<sup>17</sup> ELIAS, N. *O Processo Civilizador*, vol. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, p. 16.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 19-22.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 79-80.

<sup>20</sup> ELIAS, 2011, op. cit., p. 104.

<sup>21</sup> LOPES, op. cit., p. 72.

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 17.

período, não nas cidades propriamente ditas, e sim nas cortes, que serviram de base para a projeção da vida social, principalmente entre os séculos XVII-XVIII.<sup>23</sup>

Nesse ambiente, destacavam-se processos ligados à teatralização – tanto das cerimônias para com o rei, quanto da etiqueta que cerca os processos do período moderno – estavam ligadas à fachada cênica da monarquia, à representação visual da ascensão de um poder uno. Tais ritos figuram como elementos eficazes no processo de centralização do poder monárquico. É na teatralização dos processos por parte do rei que ganha espaço também o cortesão, não mais o guerreiro de espada, agora um guerreiro político, que deve, a todo custo, estar a postos por seu rei, bajulá-lo o quanto for preciso, para que seja notada sua presença e, quem sabe, requeridos seus favores e, a eles, dado algum reconhecimento.<sup>24</sup>

Assim, a corte do *Ancien Régime* pode ser entendida como “uma vasta extensão da casa e dos assuntos domésticos do rei e de seus dependentes”,<sup>25</sup> tendo, portanto, o rei total autonomia sobre sua corte e sobre seu país, que, muitas vezes, foi visto como uma “extensão da corte”, não o contrário.<sup>26</sup> A corte, assim, era o *crivo* do soberano que emanava para seu país; era, também inversamente, selecionadora do que chegava até seu rei.<sup>27</sup>

Em um contexto no qual o indivíduo ganha destaque frente à nova roupagem da vivência social cortesã, a passagem entre os séculos XVII e XVIII, marca a transição de uma vida pública, que foi cercada por observadores dos atos dos indivíduos e ao surgimento de espaços privados. Nesse processo de transição, os espaços privados surgem para acomodar ações de foro íntimo que se acomodam ou escondem o inconfessável.<sup>28</sup> A política do autocontrole ganhou os espaços durante essa passagem, pois o sujeito tornou-se um ser dividido, cortado por dois vieses: o que figurou sob os holofotes que exigem a vida pública, e o que se colocou imerso em si e aquém das figurações e da exposição, na esfera privada.

Com a evolução da *percepção acerca de si, do grupo e do outro*, o indivíduo acabava por conviver na vida pública em meio aos semelhantes e aos diferentes. Nessa vivência diária, por sua vez, ele buscava destacar-se dentro do seu grupo social por meio de uma associação à

---

<sup>23</sup> ELIAS, 2011, op. cit., p. 62.

<sup>24</sup> BURKE, Peter. O Cortesão. In: GARIN, Eugenio (Org.). *O Homem do Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 105.

<sup>25</sup> ELIAS, 1993, op. cit., p. 66.

<sup>26</sup> Ibid., p. 66-67.

<sup>27</sup> Ibid., p. 67.

<sup>28</sup> REVEL, In: ARIÉS; CHARTIER, op. cit., p. 169.

ordem superior e, contrariamente, separar-se daquele grupo considerado inferior. A política do autocontrole foi, segundo Elias, o que mantinha, acentuava e retroalimentava as instâncias públicas e privadas durante todo o período aqui compreendido.<sup>29</sup> Viver na corte era, então, cumprir um papel de duplicidade: estava ali à vida particular do cortesão, espaço onde este habitava com sua *família* e atendia as demandas de foro *particular*. Ao mesmo tempo, a corte era o espaço do cumprimento de exigências sociais, ou seja, a esfera *pública*.<sup>30</sup>

Nesse jogo de equilíbrio, ganham destaque os processos de *teatralização*, o estabelecimento de uma etiqueta específica e de *códigos* que a evidenciem.<sup>31</sup> A noção de civilidade se impõe como característica distintiva nesse contexto. Civilidade pode ser entendida, dentre outras formas, por

Uma grande variedade de fatos: ao nível de tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. [...] Não há nada que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”. [...] Este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. [...] Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou a visão de mundo.<sup>32</sup>

### Dos manuais de civilidade à noção de civilidade

Um dos clássicos manuais referentes ao comportamento de corte, *Il Cortegiano*, foi escrito por Baldassare Castiglioni e publicado em 1528. Tendo a corte italiana no Renascimento uma força maior que a francesa, tal livro tornou-se referência na arte de educar a corte quanto a seus hábitos. A principal virtude ali expressa é não ser excessivo, contudo outros ensinamentos começam a figurar diante deste “novo homem” que faz parte do distinto grupo social.<sup>33</sup> Vale ressaltar, ainda, que a opulência cortesã enquanto produto desse meio é visível e constante ao longo da obra. Vejamos um trecho:

---

<sup>29</sup> Cf. BURKE, 2008, op. cit., p. 21; REVEL, In: ARIÉS; CHARTIER, op. cit., p. 169.

<sup>30</sup> ELIAS, 2011, op. cit., p. 75.

<sup>31</sup> Ibid., p. 180.

<sup>32</sup> Ibid., p. 23.

<sup>33</sup> LOPES, op. cit., p. 85.

Assim desejamos que todos aqueles, a cujas mãos chegará este nosso trabalho, se é que algum dia será digno de tanto favor que por nobres cavaleiros e valorosas damas mereça ser lido, presumam e tenham como evidência que a corte de Urbino foi muito mais esplendorosa e ornada de homens singulares do que somos capazes de exprimir ao descrever; e, se em nós houvesse tanta eloquência quanto valor, não teríamos necessidade de outro testemunho para que as nossas palavras fosse dada plena fé por quem não a conheceu<sup>34</sup>

Como é possível perceber, a ênfase está em exaltar o esplendor da corte, de onde decorre a necessidade de descrevê-la, alimentando, assim, de bons exemplos cavaleiros e damas, no que diz respeito ao padrão de comportamento desejado nesse ambiente cortesão.

Também preocupado em apresentar a correta forma de portar-se, outro manual que se tornou célebre foi *De Pueris (Sobre os meninos)*, escrito por Erasmo de Roterdã, em 1530, destinado à educação dos meninos. Filósofo humanista do Renascimento europeu, Erasmo buscou em seus escritos apresentar um programa de formação. A publicação deste livro lhe rendeu, em um curto período de tempo, um imenso número de republicações e reedições, bem como várias traduções para outros idiomas, tornando-se um *manual* de educação para vários países europeus. Ressaltarmos também que a escrita do *De Pueris* esteve diretamente ligada a uma prática pedagógica que se iniciou no referido período e alcança seu ápice, lentamente, durante a Idade Moderna.<sup>35</sup> Portanto, notamos um passo adiante no que tange à educação cortesã: já não se educa mais o adultos, tal como é possível notar em *Il Cortigianno*, o foco desloca-se para as crianças, colocando o *modus vivendi* no cronograma de aprendizagem infantil, de forma que as crianças eram vistas como adultos em miniatura.<sup>36</sup> Vejamos:

Ademais, em que outra coisa ocupar a criança logo que principia a falar, já que não convém a total ociosidade? Por exíguo que seja o proveito daqueles primeiro (sic) anos, por certo, a criança adquirirá conhecimentos mais extensos bem naquele mesmo ano que iria empatar para inteirar-se dos rudimentos não assimilados anteriormente. [...] O que foi crescendo, ao longo dos anos, acaba por perfazer uma totalidade. Assim o tempo ganho na infância é lucro na adolescência<sup>37</sup>

---

<sup>34</sup> CASTIGLIONE, Baldassare. *O Cortesão*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 188.

<sup>35</sup> DANELON, Márcio; OLIVEIRA, Marco Aurélio Gomes; RICHTER, Solange. **Infância e educação em *De Pueris* de Erasmo de Roterdã**. Revista Olhar de Professor, v. 15. Ponta Grossa: UEPG, 2012, p. 157-165.

<sup>36</sup> ARIÉS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

<sup>37</sup> ROTERDÃ, Erasmo de. *De Pueris (Dos Meninos)*. 2. ed. São Paulo: Escala, 2008, p. 120.

Logo, reforça-se a ideia de que o ensino cortesão deve iniciar-se o quanto mais cedo, para que se obtenha a melhor formação do futuro aristocrata, digno de pertencer à corte. Para além da defesa de seu ideal de educação infantil, *De Pueris* apresenta métodos que ensinam, passo-a-passo, o que deve ser repassado no momento de educação da criança.

No capítulo intitulado “A Civilidades Pueril”<sup>38</sup>, Erasmo analisa as atitudes corretas e incorretas do cotidiano,<sup>39</sup> atravessando a elegância e escolha dos trajes,<sup>40</sup> o comportamento durante as celebrações eclesiais,<sup>41</sup> aprofundando-se nos banquetes e refeições,<sup>42</sup> encontros e conversas,<sup>43</sup> nos esportes,<sup>44</sup> chegando, finalmente, ao leito de descanso.<sup>45</sup> Nota-se, portanto, que o controle está em todas as instâncias da vida cortesã, não somente nos momentos em que está às vistas de todos. Os hábitos são, então, interiorizados.

Compreender a importância desses manuais exige considerar alguns termos essenciais à temática; são eles *civilisé*, *polisé* (séculos XV-XVI), que precederam *civilisation* (século XVII). Termos esses que vigoraram em diferentes momentos e tiveram significados diferentes na história na qual se apresentam. Segundo Elias, o conceito de *civilité*, assim como o de *politesse*, precedeu o uso de *civilisation* e tinha por objetivo “expressar a autoimagem da classe alta europeia em comparação com outros, que seus membros consideravam mais *simples* ou mais primitivos”.<sup>46</sup> Dotados de uma severa crítica por parte da *intelligentsia* francesa – como o jornalista Honéré Mirabeau e o filósofo Jean-Jacques Rousseau –, esses termos deixam de ser usados, pois se referem à busca pelo luxo, formando uma *falsa civilização*.<sup>47</sup>

A partir de então, forjou-se um novo conceito, *civilization*, que se referia, para além do *falso luxo*, a um homem que possua as características de civilização já entranhadas em sua criação; um homem que não necessitava do outro para poli-lo, uma vez que o autocontrole já fazia parte de sua existência.<sup>48</sup> Ia para além do luxo, manifestando-se como uma *forma de*

---

<sup>38</sup> Ibid., p. 129 e ss.

<sup>39</sup> Ibid., p. 145-156.

<sup>40</sup> Ibid., p. 157-158.

<sup>41</sup> Ibid., p. 161-164.

<sup>42</sup> Ibid., p. 165-176.

<sup>43</sup> Ibid., p. 177-182.

<sup>44</sup> Ibid., p. 183-184.

<sup>45</sup> Ibid., p. 185.

<sup>46</sup> ELIAS, 2011, op. cit., p. 54.

<sup>47</sup> Ibid., p. 55.

<sup>48</sup> Ibid.

*vida* de um grupo social. Elias destaca que na França, por influência das ideias de Colbert, que propôs um sistema menos centralizador, incentivando um processo de diminuição das sanções do Estado, foi possível perceber que o conceito de civilização tornou-se parte da mudança, da diferenciação em relação ao modelo proposto anteriormente. Assumiu o indivíduo uma nova relação com o mundo e consigo mesmo, estabelecendo de forma cada vez mais nítida sua relação entre o público e o privado.

O uso do termo *civilização* estava para os ingleses e franceses ligado a algo que se conectava, além do sentimento de evolução e refinamento dos modos, aos fatos políticos e econômicos, religiosos e técnicos, morais e sociais. Já o conceito de *kultur* para os alemães alude a fatos ou atos intelectuais, artísticos e religiosos, tendendo a diferenciar-se do termo que aludiu a fatos políticos, econômicos e sociais.<sup>49</sup>

De maneira geral, a ideia de civilização se inscreve na vigília dos modos de se comportar que partia dos indivíduos que também estavam submetidos ao mesmo processo. Se, em sua gênese, esse é um processo de imposição externa, com o passar do tempo, começou a fazer parte da composição *sociogenética*, em termos de N. Elias, dos sujeitos. Os manuais de comportamento para crianças, como o escrito por Erasmo, foi parte desse movimento. A esse processo ao qual estão submetidos os indivíduos que compõem o grupo social em questão, qual seja,

a interiorização individual das proibições que, antes, eram impostas de fora, em uma transformação da economia psíquica que fortalece os mecanismos de autocontrole exercido sobre as pulsões e emoções e faz passar da coerção social para a auto coerção [damos o nome de “processo civilizador”].<sup>50</sup>

O conjunto de práticas que aqui chamamos, conforme Elias, de *processo civilizador*, sustenta-se numa dinâmica social que pode ser vista no cotidiano de quaisquer épocas:

Planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil. [...] É essa ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados [ou seja, suas humanidades], essa ordem social, que determina o curso de mudança histórica, e que subjaz o processo civilizador.<sup>51</sup>

---

<sup>49</sup> ELIAS, 2011, op. cit., p. 32

<sup>50</sup> CHARTIER, Roger. “Prefácio”. In: ELIAS, 2001, op. cit., p. iii.

<sup>51</sup> ELIAS, 2011, op. cit., p. 194.

Os impulsos, as ações, seus planos, as humanidades que compõem o tecido social que são, quando visto em sua totalidade, a própria humanidade, formam um conjunto de emaranhados de relações, de interações, de afinidades e incompatibilidades. A partir dessas formações, forjam-se os grupos sociais, bem como as relações inerentes intra e intergrupais, as associações e dissociações que são resultantes desse processo, relações grupais que sobrepõem os interesses individuais – se é que há individualidade durante o processo de formação dos interesses. Os processos de civilização podem ser entendidos então como um produto de uma convivência que visa, além da prosperidade pessoal, à preservação da própria espécie,<sup>52</sup>se numa perspectiva biológica da humanidade.

A etiqueta de corte era, dentro desse entendimento, um dos ápices de civilidade dentro do grupo social que tratamos. Quando essa etiqueta tornou-se autônoma em sua constituição, os nobres de corte e o rei forjaram hábitos cada vez mais precisos, reforçando seu diferencial das outras camadas sociais, “evidencia-se um indicador altamente sensível e um instrumento de medida bastante confiável de prestígio e valores dos indivíduos em sua estrutura de relações”.<sup>53</sup>

### **Luís XIV e a corte modelar**

Falar sobre os hábitos refinados que compõem as cortes da modernidade é, por menção à sua importância e representação na história do referido período, reportar-se à corte do Rei Sol<sup>54</sup> como um marco, não de comparação, mas de exposição do ápice das civilidades e sensibilidades da nobreza francesa. Jacqueline Hermann destaca a importância, não somente

---

<sup>52</sup> Ao discorrermos sobre as sensibilidades de maneira geral, buscamos entender o que move a humanidade para que essa busque adaptar-se às relações e às formas de vida sob as quais esteja sujeita. Talvez esteja aí um dos centros motores dos processos de relação social intra e intergrupais que tornam o que discutimos aqui como *civilização*, ou seja, os processos ligados às questões de convivência. Para Hobbes, o homem busca associar-se a algum outro, neste caso, ao Leviatã, por medo de uma morte cruel; ao associar-se, porém, abdica de sua liberdade em prol de sua existência. Nesta perspectiva hobbesiana podemos também entender o processo civilizador como um processo de criação e subsequente concessão a esse processo para que o homem que ali está não morra, ou seja, não seja exposto às classes inferiores, não seja exposto à vergonha de não pertencer ao extrato social, enfim, de perder sua condição de *poder* existente no imaginário coletivo da época em que se encontra.

<sup>53</sup> ELIAS, 1993, op. cit., p. 33.

<sup>54</sup> Sol em referência ao astro de maior representatividade celeste. “Como um sol, a função de um rei seria disseminar calor e a vida em toda a extensão do reino, e no decorrer de todo o seu reinado”. LOPES, 2012, op. cit., p. 94.

de Luís XIV, mas da França como país onde o absolutismo parece ter se estruturado de maneira mais sólida na Europa. Segundo ela:

Ao falar da Europa, é da França que nos lembramos quando o assunto é monarquia ou nobreza, e Luís XIV o representante máximo dessa conformação política, simbolizada pela definitiva ideia do Rei Sol e da justaposição de papéis entre governante e Estado: “o Estado sou eu”.<sup>55</sup>

Sendo assim, Luís XIV não marcou somente os meandros ligados às sensibilidades e mudanças de hábitos que ocorrem durante seu reinado. Ele se revestiu de próprio Estado, valendo-se das inovações ligadas à vestimenta, aos hábitos à mesa, às maneiras de comportar-se, para que os grupos sociais – principalmente a nobreza – vissem nele a figura material do poder da nação.<sup>56</sup> Luís XIV é, nas palavras de Elias, *único e excepcional*,<sup>57</sup> destacando-se dos demais reis da história da Modernidade do Velho Continente.

A posição assumida pelo rei, a qual a nobreza se subordina, fazia parte da teia de poderes característicos do Antigo Regime. Esta última, porém, apesar de subordinar-se ao poder do rei, é a grande responsável, sobretudo neste momento, por forjar as novas etiquetas de corte que, sob o reinado de Luís XIV, pondo-se a se destacar e adquirir importância, assume o foco das atenções das demais classes – conforme já dito, a burguesia, principalmente – para delimitar a qual grupo social pertencia. Enfatizamos aqui que não falamos de um simples rei, mas falamos do homem que se une em matrimônio com a república quando em sua coroação, falamos de seu “esposo místico”, que detém o anel, símbolo de desposo e marco de seu *compromisso* para com a religião e seu povo.<sup>58</sup>

Desse modo, para além de Luís XIV, ao falarmos sobre o século XVII devemos considerar que o rei era concebido como provido dos poderes divinos, envolto por prefigurações místicas.<sup>59</sup> Era a cabeça do corpo estatal, portanto, tanto quanto imbuído de

---

<sup>55</sup> HERMANN, Jacqueline. “Prefácio”. In: LOPES, op. cit., p. x.

<sup>56</sup> Vale ressaltar que temos aqui como objeto a corte, formada pela nobreza da época. Não podemos dizer que a situação de prosperidade da França sob o regime do Rei Sol era igualável à descrita, afinal, grande parte da população vive completamente à margem da situação proporcionada pelo rei à nobreza e a parte da burguesia (a que Elias chamaria por *intelligentsia*). Cf. LOPES, op. cit., p. 19-21.

<sup>57</sup> ELIAS, 2001, op. cit., p. 210.

<sup>58</sup> Ibid., p. 54-60.

<sup>59</sup> Ressaltamos que o rei será tratado como uma figura que se sobrepõe à humanidade que o forma. O rei não é um homem, é uma mescla de divino e humano. Desde a Idade Média que era a ele atribuída algumas propriedades de cura de várias doenças, como as escrófulas e tuberculose, posto que era um enviado de Deus. Para mais discussões sobre o poder divino dos reis, cf. BLOCH, Marc. *Reis Taumaturgos*: o caráter sobrenatural

admiração excelsa sob a ótica religiosa, também o era sob a ótica da razão.<sup>60</sup> Era o mantenedor da prosperidade, o paladino da nação.

As sensibilidades, como já dito, refinam-se de maneira acentuada neste período. As letras são, sem dúvida, um marco deste momento, a ponto de Voltaire, ao referir-se às quatro idades de ouro da humanidade, descrever o momento de Luis XIV como “a plenitude dos tempos”, a era de maior glória dentre todas.<sup>61</sup> Assim sendo, para além da mítica de herói de sua época, Luís XIV buscou ser reconhecido enquanto um agente civilizador de costumes.

Para manter-se firme em seu papel de monarca, o rei deveria estar alerta e, ao mesmo tempo, atrair para si os diversos grupos que compunham seu reino, para além da nobreza. Nesse contexto, chama a atenção, por exemplo, a performance real, que encantava a nobreza cortesã em seus bailes de juventude que duravam três dias ininterruptos e tinham na figura do próprio Luís XIV o bailarino principal da festa.<sup>62</sup> Igualmente, causa surpresa o fascínio provocado pelo monarca, que tinha até as doenças imitadas, como no episódio da fístula, em vários membros da corte, inclusive aqueles que nada tinham para curar, pagaram para que os médicos afirmassem que também sofriam da doença.<sup>63</sup> Dessa forma, é notório que, a seu modo, o rei inovou o próprio tradicionalismo, alegando que “a multidão deleitava-se com o espetáculo”, que ganhava cada vez mais espaço no *Ancien Regime*.<sup>64</sup>

As intervenções do rei foram perceptíveis em vários setores, da moda à alimentação. Luís XIV explorava como podia os prazeres de maneira geral, incluso “os reservados à mesa. Rodeado pelas mais ilustres famílias da nobreza, cada prato era apresentado ao rei por um primeiro-oficial criteriosamente escolhido”.<sup>65</sup> A corte francesa, que estava acostumada a se alimentar com as mãos, teve que se adaptar ao universo da etiqueta, dos novos tipos de comida, hábitos e postura à mesa, além do cuidado para não se sujar ou ser apesado ao comer, afinal, o comportamento à mesa é um ritual complexo no qual está em jogo a sociabilidade, ou seja, comer em companhia dos outros.

---

do poder régio – França e Inglaterra. São Paulo: Cia das Letras, 1999; KANTOROWICZ, Ernest H. *Os dois corpos do Rei: um estudo sobre teologia medieval*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2000.

<sup>60</sup> Tais considerações, entretanto, tornam-se questionáveis na Inglaterra quando, em 1649, Carlos I é executado no auge da Guerra Civil inglesa. Sendo esse episódio exceção, reafirmamos nosso posicionamento no que tange à imagem do rei no período referido.

<sup>61</sup> Voltaire *apud* LOPES, op. cit., p. 20.

<sup>62</sup> LOPES, op. cit., p. 118.

<sup>63</sup> *Ibid.*, p. 110.

<sup>64</sup> WILHELM, Jacques. *Paris nos Tempos do Rei Sol*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 155.

<sup>65</sup> LOPES, op. cit., p. 116.

Ao rei deveram-se, também, as novas interpretações sobre as maneiras de expressar-se por meio de linguagens, quer dizer, gestos com as mãos, a maneira de olhar, um sorriso diferente. Com isso, Montaigne apresenta-nos a importância das linguagens que se tornaram autodisciplinadas pelos agentes emissores – principalmente a nobreza de corte – e estiveram num paraíso imaginário, mas, ao mesmo tempo, tão real no convívio com o Rei Sol.<sup>66</sup>

De fato, Luís XIV projetou a corte francesa sob os holofotes de toda a Europa.<sup>67</sup> A fixação de sua corte em Versalhes, no ano de 1682, o que fez de Luís XIV, novamente, um ícone na criação de situações originais que envolveram seu reinado. Encantado pelo pequeno castelo que seu pai havia construído ali, aos arredores de Paris, o Rei Sol resolveu ali fixar-se. O rei teve então na corte mais que uma nobreza a ser vigiada, teve ali um legado a ser seguido por seus pares por todo o continente e que se tornou referência. Para além da vigília e dominação política sobre sua corte, o rei consegue fazer algo de beleza notória e para exaltação pessoal:

O culto à personalidade do príncipe foi uma das marcas da monarquia absolutista ao longo das últimas décadas do século XII e dos primeiros anos do século XVIII. Versalhes passou a representar um cenário novo e complexo no espaço de uma vida simultaneamente pública e privada.<sup>68</sup>

De fato, a partir da criação de Versalhes, a sociedade de corte foi, conforme destacou Roland Mousnier, uma hierarquia, uma carreira e uma sedução, tudo a um só tempo.<sup>69</sup> Ao falarmos sobre o templo que foi esse Palácio, precisamos pôr, em alguma unidade de medida, a majestade arquitetônica que abrigava a corte *luisatorziana*:

Temos diante de nós um edifício cujas partes são agrupadas em torno de um pátio retangular. Em direção à rua, um dos lados estreitos do pátio é formado por um corredor de colunas, uma colunata, fechado para o exterior, no meio do qual o amplo “*porche*” ou pórtico, constituía uma entrada e uma passagem para as carruagens. As colunas avançavam à esquerda e à direita, acompanhando as duas alas de construção até o outro lado estreito, de modo que sempre é possível chegar da entrada ao edifício central sem molhar os pés. Essa construção central, tendo ao lado e atrás um grande jardim, acomoda a sala de recepção; a parte contígua das duas alas abriga os “*appartementsprivés*”. Atrás de cada um deles fica um pequeno jardim de flores, separados do jardim principal tanto à esquerda quanto à direita por uma grande galeria e por salas de banho e de toailete. Por fim, nas partes das

<sup>66</sup> REVEL, In: ARIÉS; CHARTIER, op. cit., p. 169.

<sup>67</sup> LOPES, op. cit., p. 82.

<sup>68</sup> Ibid., p. 83.

<sup>69</sup> MOUSNIER, Roland. A Monarquia Absoluta. In: *Nos Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Difel, 1967, p. 260-292.

alas mais próximas da rua ficam os estábulos, cozinha, acomodações dos servidores e despensa.<sup>70</sup>

Nessa descrição, passível de figurar perante nossos olhos, Elias nos dá uma dimensão, em rápidas palavras, da imensidão de que se tratava o marco arquitetônico para o século XVII.

Jacques Wilhelm comentando acerca do tema afirma que:

No entanto, feitas as contas, essa mudança de corte e do governo, a dezesseis quilômetros de Paris, arrastou pouca gente. Alguns milhares de cortesãos, homens e mulheres, os ministros e suas equipes, então pouco abundante. Em torno deles, a multidão de servidores, operários e soldados empregados no castelo, do qual tudo depende. Muitos, porém, dos grandes aos humildes, moram na cidade.<sup>71</sup>

Contudo, abrigar uma corte composta de milhares de pessoas exigia esforços de um rei que em nada poupou para colocar-se como figura de representação majoritária na Europa seiscentista. Exemplo radical do exercício e da manipulação simbólica do poder, a corte de Luís XIV evidencia, com sua etiqueta, a importância do ritual na construção da imagem pública.

À parte as *magnificências* de Luís XIV, podemos encontrar em sua corte um terreno fértil para entendermos as mudanças geradas pelas mudanças nas formas de vida de um grupo social específico – a nobreza, principalmente a de Corte –, mudanças que geraram reflexos imediatos nas percepções das sensibilidades.

### Considerações Finais

Os hábitos se modificam conforme seu tempo histórico e esses podem ou não ser partilhados por todos os membros de um grupo social. Como uma série de elementos que são revestidos por valores diferentes, também de acordo com o seu momento. Postas nossas observações acerca da importância da Corte e da etiqueta no período moderno, podemos projetar a importância do esforço de manter-se nesse grupo social. Tais valores atribuídos aos

---

<sup>70</sup> ELIAS, 2001, op. cit., p. 68.

<sup>71</sup> WILHELM, op. cit., p.13.

hábitos, subjacentes àqueles que declinaram do período da nobreza de espada, tornaram-se elementos importantíssimos no sustento e na manutenção do *status* do cortesão.

Como visto, foi na França durante o reinado de Luís XIV, que o rei tornou-se o personagem principal da história da etiqueta (século XVII). De sua corte eram difundidos, os códigos de conduta, maneiras, linguagens e gostos, para o restante das cortes da Europa. Visto assim, a etiqueta e todo o cerimonial que a envolvia eram instrumentos de dominação e formas de expressar a coerção que o próprio poder exercia sobre seu detentor.

No entanto isso, apenas se tornou possível porque formas socialmente semelhantes, caracterizadas por modos análogos de relações humanas, surgiram por toda a parte. A aristocracia absolutista de corte espelhava-se na nação mais rica e poderosa do momento, e adotou o que mais se adequava às suas necessidades sociais, como, os modos refinados de agir, a linguagem, as vestimentas luxuosas, que a distinguiam das classes socialmente inferiores. Com isso é possível perceber como a etiqueta tinha uma função simbólica de grande importância na estrutura dessa sociedade e em sua forma de governo.

O empreendimento da etiqueta constituiu-se como estratégia para dificultar o acesso dos mais pobres aumentando a distância social e reduzindo a convivência entre os dois polos, de forma que, sem o domínio dos códigos estabelecidos, o contato intergrupos ficaria cada vez mais difícil. Acentuou-se, no século XVIII, o interesse em compartilhar momentos com um grupo que fosse homogêneo, marcado por uma afinidade cultural, das maneiras e gestos em todos os campos da vida, dos quais a alimentação era apenas uma das esferas. A preocupação principal era com o nível social. É interessante notar que o que vai compondo a etiqueta desde a sua origem é a preocupação com marcas exteriores que distinguem ou separam camadas sociais.

Portanto, observa-se que os bons modos constituem uma análise da passagem de um padrão de comportamento medieval, expresso pelo conceito de cortesia, para outro que era chamado de civilizado, que coincidiu com o Renascimento e o surgimento da modernidade. As cortes criaram modos de agir, no que se refere à fala, à vestimenta e à postura à mesa, responsáveis pela elaboração de uma arte que representou os hábitos e os costumes a serem seguidos, dessa forma, a vida social da nobreza passou a ser composta por novos comportamentos, ou seja, as cortes passaram a ser vistas como escolas da boa educação.